

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.360 - AL (2019/0117237-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE IBATEGUARA
ADVOGADOS : JAMILE DUARTE COELHO VIEIRA - AL005868
JOSÉ DE BARROS LIMA NETO - AL007274
KARINNE RAFAELLE PEREIRA FARIAS - AL009674
AGRAVADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO ESTADO DE ALAGOAS SINTESEAL
ADVOGADOS : NIVALDO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR - AL006411
CYRO VISALLI TERCEIRO - PB016506
CIRO VARCELON CONTIN SILVA - AL008663

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE IBATEGUARA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO CAUTELAR DECISÃO QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DO MONTANTE CORRESPONDENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DO PRECATÓRIO JUDICIAL Nº 108259-AL ORIGINADO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5 REGIÃO O QUAL TEM ORIGEM EM VERBA RELATIVA AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF) PREJUDICIAL DE MÉRITO DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL SUSCITADA EX OFFICIO REJEITADA INEXISTE INTERESSE DA UNIÃO DE AUTARQUIA OU EMPRESA PÚBLICA FEDERAL NOS AUTOS DE ORIGEM NA MEDIDA EM QUE AS VERBAS ALI DISCUTIDAS JÁ FORAM INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL ADEMAIS AO JULGAR O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0807478-2520154050000 A 3 TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5 REGIÃO DECIDIU QUE ERA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL A COMPETÊNCIA PARA JULGAR CASO IDÊNTICO AO PRESENTE NO QUAL SE DISCUTIA A POSSÍVEL VINCULAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF RECEBIDAS POR MEIO DE PRECATÓRIO PELO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA ADOTANDO POSICIONAMENTO ANÁLOGO AO QUE ORA SE DEFENDE POR OUTRO LADO EMBORA DE FATO O PROCESSO DE ORIGEM E A AÇÃO CIVIL PÚBLICA N 0800193-3120154058002 EM TRÂMITE PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL VERSEM SOBRE A MESMA MATÉRIA E SEJAM EFETIVAMENTE CONEXAS VERIFICA-SE QUE A REFERIDA AÇÃO CIVIL PÚBLICA JÁ SE ENCONTRA SENTENCIADA DESDE 09 DE JUNHO DE 2016 DE MODO QUE A

DESPEITO DE SER EXISTENTE A CONEXÃO NÃO DEVE SER EFETIVADA A MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA NOS TERMOS DISPOSTOS NO § 1 DO ART 55 DO NCPC NO MÉRITO HA VINCULAÇÃO DA VERBA À FINALIDADE PREVISTA NO ART 7 DA LEI Nº 9424/1996 DE MODO QUE OS VALORES DEVEM SER DESTINADOS À COMPLEMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO CARÁTER INDENIZATÓRIO NÃO CONFIGURADO NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE O BLOQUEIO INVIABILIZA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA NO ENTE MUNICIPAL VALORES RECEBIDOS EM CARÁTER EXCEPCIONAL E EXTRAORDINÁRIO NÃO INTEGRANDO A RECEITA REGULAR DO REFERIDO MUNICÍPIO O QUAL NÃO PODE DELES DEPENDER PARA O CUSTEIO DE SUAS ATIVIDADES ORDINÁRIAS RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO DECISÃO UNÂNIME

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por MUNICÍPIO DE IBATEGUARA, na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

